



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PAUTA DA 20ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**06/08/2025
QUARTA-FEIRA
às 14 horas**

**Presidente: Senador Zequinha Marinho
Vice-Presidente: VAGO**



Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

**20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 06/08/2025.**

20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

quarta-feira, às 14 horas

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
Primeira Audiência Pública para avaliação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Raio X do PNRA - diagnóstico, análises e propostas de melhoria.	7

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(17 titulares e 17 suplentes)

TITULARES		SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia(MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)		
Jader Barbalho(MDB)(12)(11)(1)	PA 3303-9831 / 9827 / 9832	1 Giordano(MDB)(12)(11)(1) SP 3303-4177
VAGO(12)(18)(11)(1)		2 Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(12)(11)(1) TO 3303-5990 / 5995 / 5900
Alan Rick(UNIÃO)(12)(11)(3)	AC 3303-6333	3 Soraya Thronicke(PODEMOS)(12)(11)(9)(3) MS 3303-1775
Zequinha Marinho(PODEMOS)(12)(8)(11)	PA 3303-6623	4 Fernando Farias(MDB)(12)(8)(11) AL 3303-6266 / 6273
Jayme Campos(UNIÃO)(12)(11)(9)	MT 3303-2390 / 2384 / 2394	5 Styvenson Valentim(PSDB)(12)(17)(10) RN 3303-1148
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PSD)		
Flávio Arns(PSB)(4)	PR 3303-6301	1 Chico Rodrigues(PSB)(4) RR 3303-2281
Margareth Buzetti(PSD)(4)	MT 3303-6408	2 Eliziane Gama(PSD)(4) MA 3303-6741
Pedro Chaves(MDB)(4)(20)	GO 3303-2092 / 2099	3 Angelo Coronel(PSD)(4) BA 3303-6103 / 6105
Sérgio Petecão(PSD)(4)	AC 3303-4086 / 6708 / 6709	4 Jussara Lima(PSD)(4) PI 3303-5800
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)		
Jaime Bagattoli(PL)(2)	RO 3303-2714	1 Wilder Moraes(PL)(2) GO 3303-6440
Wellington Fagundes(PL)(2)	MT 3303-6219 / 3778 / 3772 / 6209 / 6213 / 3775	2 Rogerio Marinho(PL)(15)(19)(2) RN 3303-1826
Marcos Rogério(PL)(2)	RO 3303-6148	3 Jorge Seif(PL)(13) SC 3303-3784 / 3756
Bloco Parlamentar Pelo Brasil(PDT, PT)		
Beto Faro(PT)(6)	PA 3303-5220	1 VAGO(6)(16)
Augusta Brito(PT)(14)(21)(6)	CE 3303-5940	2 VAGO
Weverton(PDT)(6)	MA 3303-4161 / 1655	3 VAGO
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)		
Luis Carlos Heinze(PP)(5)	RS 3303-4124 / 4127 / 4129 / 4132	1 Tereza Cristina(PP)(5) MS 3303-2431
Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(5)	RR 3303-5291 / 5292	2 Hamilton Mourão(REPUBLICANOS)(5) RS 3303-1837

- (1) Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB).
- (2) Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- (3) Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- (4) Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- (5) Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- (6) Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- (7) Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA).
- (8) Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- (9) Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB).
- (10) Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB).
- (11) Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- (12) Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
- (13) Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG).
- (14) Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025-GLPDT).
- (15) Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG).
- (16) Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
- (17) Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
- (18) Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
- (19) Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).
- (20) Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
- (21) Em 15.07.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2025-BLPBRA).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 14H
SECRETÁRIO(A): PEDRO GLUKHAS CASSAR NUNES
TELEFONE-SECRETARIA: 3303 3506
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-3506
E-MAIL: cra@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 6 de agosto de 2025
(quarta-feira)
às 14h

PAUTA
Cancelada

20ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

	Audiência Pública
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Atualizações:

1. Confirmação de presença. (01/08/2025 16:34)
2. Confirmação de presença. (06/08/2025 08:56)
3. Reunião cancelada. (06/08/2025 11:00)

Audiência Pública

Assunto / Finalidade:

Primeira Audiência Pública para avaliação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Raio X do PNRA - diagnóstico, análises e propostas de melhoria.

Observações:

As reuniões das Comissões do Senado Federal são públicas e abertas à participação popular pelo Portal E-cidadania (senado.leg.br/e-cidadania) ou pela Ouvidoria do Senado (0800 061 22 11).

Requerimento de realização de audiência:

- [REQ 11/2025 - CRA](#), Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)

Convidados:

Maria Gabriela Nascimento Aleixo Freire

Diretora de Fiscalização do Desenvolvimento, Territórios, Regularização e Reforma Agrária do Tribunal de Contas da União - TCU

Presença Confirmada

João Pedro Gonçalves da Costa

Diretor de Governança Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Presença Confirmada

Thaís Brito de Oliveira

Diretora de Caracterização e Incorporação de Imóveis da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI

Presença Confirmada

Carlos Henrique Naegeli Gondim

Consultor Jurídico do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA

Presença Confirmada

Júnior Divino Fideles

Advogado-Geral da União Adjunto da Advocacia-Geral da União - AGU

Presença Confirmada

Ronald da Silva Balbe

Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União - CGU

Presença Confirmada



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

Avaliação de Políticas Públicas
(Resolução nº 44, de 2013)

Proposta de Plano de Trabalho para 2025

**PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA
(PNRA)**

Presidente: Senador **Zequinha Marinho**

Vice-Presidente: Vago

Relator: Senador **Jaime Bagattoli**

I. INTRODUÇÃO

Para adoção das ações e medidas necessárias à consecução da **avaliação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PRNA)**, a ser realizada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal (CRA) no ano de 2025, nos termos da Resolução nº 44, de 2013, e do Requerimento (REQ) nº 11, de 2025, aprovado pela CRA em sua reunião do dia 18 de março de 2025, submeto à apreciação desta Comissão o Plano de Trabalho que servirá de referência ao processo de avaliação da referida política pública.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

A avaliação de políticas públicas a ser empreendida nesta Comissão neste ano tem por objetivo trazer ao conhecimento público dados e informações concretas acerca do PNRA, analisar a eficiência e a efetividade do Programa, proporcionar o debate sobre a atuação governamental na esfera federal, bem como propor aprimoramentos e/ou inovações nas políticas de reforma agrária sob foco no país e propor, ao fim, as eventuais e necessárias medidas de aprimoramento do marco legal existente.

II. CARACTERIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO PNRA (REQ 11/2025-CRA)

Atualmente, o PNRA encontra-se estruturado nas seguintes etapas:

1. **Implantação de Assentamentos:** obtenção do imóvel rural, seleção de famílias e criação do assentamento;

2. **Desenvolvimento de Assentamentos:** emissão do título provisório (Contrato de Concessão de Uso – CCU), aplicação de créditos para desenvolver o programa, investimento em infraestrutura e assistência técnica;

3. **Consolidação de Assentamentos:** georreferenciamento da parcela do assentado, emissão do título definitivo, passagem da área de



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

domínio público para o particular e inserção das famílias nas políticas de agricultura familiar.

No entanto, auditorias recentes de órgãos de controle apontam para **falhas severas** na implementação e na consolidação dos assentamentos rurais, além de indícios de irregularidades na destinação de recursos públicos.

Por exemplo, o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão 438/2021, revelou a existência de **mais de 205 mil lotes vagos** em projetos de reforma agrária, abrangendo **17 milhões de hectares**, o que demonstra uma grave falta de planejamento e acompanhamento por parte do governo federal. Além disso, **580 mil beneficiários apresentam indícios de irregularidades**.

Relatório da Controladoria-Geral da União (CGU), por seu turno, aponta que, dos **9.501 assentamentos criados desde 1975**, apenas **6% foram consolidados**, deixando mais de **907 mil famílias** em situação de vulnerabilidade extrema, sem acesso adequado a infraestrutura, assistência técnica e titulação definitiva das terras.

Mesmo com essa precariedade, o governo federal tem priorizado a expansão de novos assentamentos em detrimento da melhoria das condições dos assentamentos já existentes.

Além disso, os dados orçamentários revelam um descaso financeiro com a consolidação da política. Em 2024, foram empenhados



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

apenas **R\$ 34,3 milhões**, o que equivale a meros R\$ 37,80 por família assentada, um valor irrisório para garantir condições dignas e sustentáveis. Em contrapartida, o governo federal anunciou a destinação de **R\$ 450 milhões** para a aquisição de novas terras, evidenciando uma priorização política em detrimento da efetividade da política pública existente.

Diante desse cenário, a falta de governança informacional no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) agrava a situação, pois as bases de dados dos assentamentos são **incompletas, desatualizadas e imprecisas**, dificultando a tomada de decisões e o planejamento de investimentos essenciais.

A ideia central da avaliação em curso seria a CRA contribuir para o aprimoramento das políticas públicas do PNRA, e para efetividade de uma melhor distribuição da terra, com apresentação de possíveis propostas de modificação no regime de sua posse e de seu uso, a fim de atendimento aos princípios da eficiência econômica e justiça social.

Portanto, apresenta-se o presente Plano de Trabalho, para realização da necessária **avaliação criteriosa do PNRA** com a meta de se verificar o impacto da alocação de recursos, a efetividade dos programas de consolidação e a necessidade de ajustes na política pública, com o objetivo de assegurar o uso responsável do orçamento e garantir a verdadeira função social da Reforma Agrária.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

III. ATIVIDADES PROPOSTAS À COMISSÃO

Para levar a contento a avaliação do Programa Nacional de Reforma Agrária, propõe-se que a CRA realize as seguintes atividades:

- Requisição de informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA);
- Requisição de informações ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- Requisição de informações complementares aos órgãos de controle interno e externo;
- Requisição de informações complementares ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) sobre levantamento de crimes e conflitos fundiários dentro dos assentamentos, que afeta a segurança pública;
- Requisição de informações complementares ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Requisição de informações complementares Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI);
- Requisição de informações constante de base de dados do Incra e IBGE sobre áreas tituladas e sobrepostas com processos de reconhecimento coletivo de terras;
- Oitiva do Incra, do MDA, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou Secretaria de Orçamento Federal (SOF), MGI/ Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

da Casa Civil da Presidência da República sobre as conclusões contidas nos acórdãos do TCU e no relatório de auditoria do Controladoria-Geral da União (CGU) relacionados ao PNRA.

- Identificação de atores públicos e sociais privados relacionados ao tema;
- Análise da legislação de regência correlata à matéria;
- Análise da execução orçamentária e financeira dos recursos destinados à execução da Reforma Agrária;
- Análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos assentamentos para avaliar a qualidade de vida dos assentados;
- Realização de audiências públicas;
- Realização de reuniões técnicas e de eventos no ciclo de palestras pela CRA, a serem promovidos pelo gabinete parlamentar do relator; e
- Ações pelo E-Cidadania (opiniões espontâneas e pesquisa de opinião por meio do DataSenado).

Tendo em vista o prazo exíguo para a realização da avaliação (maio a novembro de 2025), o relatório final deverá ser apreciado e votado pela Comissão até o final de novembro deste ano.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

IV. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

Sem prejuízo da possibilidade do recebimento das contribuições de outras organizações que atuem ou apoiem o PNRA, propomos a seguinte programação de reuniões e atividades:

Período	Atividades*	Convidados	Temas
Abril - Maio	Apresentação do Plano de Trabalho e votação na CRA dos requerimentos de informações.		
Maio- Junho	Audiência Pública.	1. Representante da CGU; 2. Representante do TCU; 3. Representante do INCRA; 4. Representante do MDA; 5. Representante do MGI/SPU; 6. Representante da AGU (para tratar da questão de adjudicação de terras da União para o PNRA).	Raio X do PRNA: diagnóstico, análises e propostas para melhoria do Programa.
Junho	Audiência Pública	1. Polícia especializada em conflitos rurais; 2. Juristas e especialistas em questões agrárias (e.g., senhores Zander Navarro, Rodrigo Kaufmann, Pedro Puttini Mendes, Ives Gandra) 3. Representante do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (Resolução 510 /2023); 4. Representante do Ministério Público Federal (MPF).	Consequências das invasões de terra para o PNRA: avaliação do direito de propriedade e da segurança jurídica no campo.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

Julho	Audiência Pública	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sr. Geraldo Melo; 2. Sr. Xico Graziano; 3. Sr. César Aldrighi. 	Percepção de ex-presidentes e do atual dirigente do Incra sobre PNRA.
Agosto	Audiência Pública.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Representante da Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental do MDA; 2. Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG); 3. Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); 4. Representante do Movimento dos movimentos sociais que requerem terras para a reforma agrária; 5. Especialistas no tema da reforma agrária e regularização fundiária. 6. 7. Representante da Confederação Nacional de Municípios (CNM). 	A realidade e a percepção de agentes envolvidos: críticas, esperanças e propostas.
Setembro	Reunião técnica <i>in loco</i> .	<ol style="list-style-type: none"> 1. Representante do assentamento; 2. Representante da Secretaria de agricultura/assuntos fundiários do Município visitado; 3. Representante da Secretaria de agricultura/assuntos fundiários do Estado visitado; 4. Representante do MDA; 5. Representante do Incra; 6. Comissão de Senadores. 	Visita a um assentamento considerado bem-sucedido: lições e exemplos a serem aprendidos. **



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

Setembro	Reunião técnica <i>in loco</i> .	1. Representante do assentamento; 2. Representante da Secretaria de agricultura/assuntos fundiários do Município visitado; 3. Representante da Secretaria de agricultura/assuntos fundiários do Estado visitado; 4. Representante do MDA; 5. Representante do Incra; 6. Comissão de Senadores.	Visita a um assentamento considerado malsucedido: lições e exemplos a serem evitados. **
Outubro	Reuniões internas e audiências complementares, se necessário.	A ser definido oportunamente.	A ser definido oportunamente.
Outubro	Recebimento e análise das informações requeridas e elaboração do relatório.	Trabalho interno.	Análise dos documentos e materiais coletados.
Novembro	Apresentação e Votação do Relatório Final.		

* Passível de ajustes, na medida da necessidade dos trabalhos da CRA. ** A serem realizadas em diferentes regiões do País.

Sala da Comissão,

Senador JAIME BAGATTOLI, Relator



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

REQUERIMENTO Nº DE - CRA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária avalie a Política Nacional da Reforma Agrária (PNRA), instituída por um conjunto de normas constitucionais, leis e decretos, com foco nas etapas de implantação, desenvolvimento e consolidação de assentamentos, dispostos pelos artigos 184, 186 e 188 da Constituição Federal, pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (Lei da Reforma Agrária) e Leis nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e 13.465, de 11 de julho de 2017 (Regularização Fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal). Solicito, ainda, que a avaliação verifique eventual impacto negativo do Decreto nº 11.637, de 16 de agosto de 2023, do Decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024 (Instituiu o programa Terra da Gente) e da Portaria Conjunta MDA/MF nº 1, de 3 de janeiro de 2025 (que autoriza a transferência de terras de empresas públicas para o Incra, sem a necessidade de registro fiscal) sobre a PNRA, no exercício de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

A Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA) tem como objetivo a distribuição de terras, a promoção da justiça social no campo e a ampliação da produtividade agrícola por meio da fixação das famílias assentadas. A política se estrutura nas seguintes etapas:



1. **Implantação de Assentamentos:** obtenção do imóvel rural, seleção de famílias e criação do assentamento;
2. **Desenvolvimento de Assentamentos:** emissão do título provisório (Contrato de Concessão de Uso – CCU), aplicação de créditos para desenvolver o programa, investimento em infraestrutura e assistência técnica;
3. **Consolidação de Assentamentos:** georreferenciamento da parcela do assentado, emissão do título definitivo, passagem da área de domínio público para o particular, e inserção das famílias nas políticas de agricultura familiar.

No entanto, auditorias recentes de órgãos de controle apontam para falhas severas na implementação e na consolidação dos assentamentos rurais, além de indícios de irregularidades na destinação de recursos públicos.

O **Tribunal de Contas da União (TCU)**, por meio do Acórdão 438/2021, revelou a existência de **mais de 205 mil lotes vagos** em projetos de reforma agrária, abrangendo **17 milhões de hectares**, o que demonstra uma grave falta de planejamento e acompanhamento por parte do governo federal. Além disso, **580 mil beneficiários apresentam indícios de irregularidades**, sendo que um percentual significativo é composto por funcionários públicos e empresários, desviando o propósito social do programa.

Relatório da **Controladoria-Geral da União (CGU)** aponta que, dos **9.501 assentamentos criados desde 1975**, apenas **6% foram consolidados**, deixando mais de **907 mil famílias** em situação de vulnerabilidade extrema, sem acesso adequado a infraestrutura, assistência técnica e titulação definitiva das terras. Mesmo com essa precariedade, o governo federal tem priorizado a expansão de novos assentamentos em detrimento da melhoria das condições dos assentamentos já existentes.

Além disso, os dados orçamentários revelam um descaso financeiro com a consolidação da política. Em 2024, foram empenhados apenas **R\$ 34,3**



milhões, o que equivale a meros **R\$ 37,80 por família assentada**, um valor irrisório para garantir condições dignas e sustentáveis. Em contrapartida, o governo federal anunciou a destinação de **R\$ 450 milhões** para a aquisição de novas terras, evidenciando uma priorização política em detrimento da efetividade da política pública existente.

Um exemplo claro dessa priorização de distribuição de terras em detrimento da consolidação dos assentamentos existentes é o **Decreto 11.995/2024**, que estabelece 17 modalidades de aquisição de terras, ignorando as etapas posteriores da reforma agrária, como o desenvolvimento e a consolidação dos assentamentos. Essa norma se relaciona diretamente ao **Decreto 11.637/2023**, que alterou a pontuação para a seleção de beneficiários da reforma agrária, aumentando de **5 para 20 pontos** a pontuação de pessoas acampadas, em desacordo com recomendações do TCU. Tal medida favorece movimentos invasores em detrimento de outros postulantes, ferindo o princípio da impessoalidade do artigo 37 da Constituição.

Outro ponto de preocupação é o artigo 24 do **Decreto 11.995/2024**, que permite que a adjudicação de imóveis para reforma agrária ocorra sem a devida contabilização orçamentária no SIAFI, contrariando regras de transparência fiscal e contábil. Isso foi possível devido a uma mudança de entendimento da **Advocacia-Geral da União (AGU)**, permitindo a incorporação de imóveis de grandes devedores sem a necessidade de empenho e transferência financeira, aumentando a insegurança jurídica no campo.

Ainda, a **Portaria Conjunta MDA/MF nº 1/2025**, regulamentando a compensação de obrigações de empresas estatais na aquisição de imóveis rurais, apresenta riscos de subvalorização das áreas adquiridas pelo INCRA/MDA, favorecendo negociações desvantajosas para o interesse público. Além disso, a norma permite que os imóveis sejam adquiridos antes mesmo de se identificar a demanda social, o que pode gerar conflitos fundiários e insegurança jurídica.



Diante desse cenário, a falta de governança informacional no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) agrava a situação, pois as bases de dados dos assentamentos são **incompletas, desatualizadas e imprecisas**, dificultando a tomada de decisões e o planejamento de investimentos essenciais.

Portanto, faz-se necessária uma **avaliação criteriosa da PNRA** para verificar o impacto da alocação de recursos, a efetividade dos programas de consolidação e a necessidade de ajustes na política pública, assegurando o uso responsável do orçamento e a verdadeira função social da reforma agrária.

Diante do exposto, entendo que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA do Senado Federal pode contribuir com as políticas públicas para o Programa Nacional da Reforma Agrária, avaliando se estão de acordo com seus objetivos: melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. A partir de um diagnóstico, a CRA poderá oferecer recomendações e propostas ao Poder Executivo, de modo que a PNRA passe a dar prioridade ao desenvolvimento e à consolidação dos agricultores já assentados, de forma a dar vida digna a essas famílias.

Sala da Comissão, 11 de março de 2025.

Senador Jaime Bagattoli
(PL - RO)

